

coordenação

CINTIA FALCÃO
TAYNÁ CARNEIRO



COLEÇÃO DIREITO E NOVAS TECNOLOGIAS



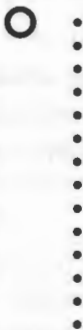
DIREITO

EXPONENCIAL



O PAPEL DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO JURÍDICO DO FUTURO

ANA PAULA MIRAFES CANTO DE LIMA, ANDRÉIA MARA ANDRZZA BARRETO, BEATRIZ DE CAMPOS DIAZOLI BRUNA EDRIGHI TOMI, CAROLINA LAMBECK DOSSE, CHARIZE DE OLIVEIRA HOTTMANN, CINTIAMARIA RAMOS ALERÃO, DANIELA MUSSOLINI LLORCA SANCHEZ, ANDREI, DULCE ARTES, EMMANUELA CARVALHO CIPRIANO CHAVES, GABRIELA LIMA BARRETO, ISABELLA DA PENHA LOPES SANTANA,



ISADORA WERNECK, JULIA GARCIA TAVORA MEXEDAZ, JULIA EDUARDO RAMOS, JULIANA FARFIM ROBRIGA, LISANDRA RAMOS DIQUE, ESTRADA, LORENA WUNZ E CASTRO LAGE, MARIA BEATRIZ SARDYA BARBOSA, MARIA FERNANDA HOSKEN DE SOUZA PERONGINI, MARIA GABRIELA GRINGS, MARIANA DUMINGUES S. HEROLD, MILENI AMORIELLO SPOLADER, PATRICIA ELIANE DA ROSA SARDEFO, PATRICIA HELENA WAPTA MARTINS, ROSINE KADAMANI, SÍLVIA PIVA, TATIANA REVIREDDO, THAIS MADRIM SCHIAVON, THAIS MOLINA CARREIRA, THAIS STELA T. AOTIBA E FARIA, VANÉSSA RODRIGUES DA CUNHA PEREIRA FIALDINI, VIVIAN D'AVILA MELLO PAIXÃO, VIVIANE NÔBREGA MALDONADO

FUTURE LAW

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira e Bárbara Baraldi Sabino

Produção Editorial

Coordenação

ANDREIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Cristiane Teixeira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Juliana Honorato, Juliana Sousa, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa e Thais Pereira

Estagiárias: Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Direito exponencial : O papel das Novas Tecnologias no Jurídico do Futuro /
Cintia Ramos Falcão, Tayná Carneiro, coordenação. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson
Reuters Brasil, 2020.

Vários autores

Bibliografia

ISBN 978-65-5065-166-4

1. Direito 2. Internet nos serviços jurídicos 3. Relações jurídicas - Efeito das
inovações tecnológicas 4. Tecnologia e direito 5. Tecnologia da informação I.
Falcão, Cintia Ramos. II. Carneiro, Tayná.

20-32810

CDU-34:6

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito e tecnologia 34:6

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Sumário

Apresentação	5
Prefácio	9
<i>Marina Feferbaum</i>	
Os negócios jurídicos do amanhã.....	25
<i>Gabriela Lima Barreto e Mariana Domingues S. Herold</i>	
Introdução.....	26
Os impactos dos negócios jurídicos do amanhã.....	27
O desafio da proteção de dados.....	30
Internet das coisas (ou IOT – <i>Internet of Things</i>)	30
<i>Lawtech</i> e <i>Legaltech</i>	32
Marco civil da internet	32
Conclusão: como atuar nesta realidade virtual.....	34
Agência Nacional de Proteção de Dados e (des)judicialização do conflito.....	37
<i>Vivian d’Avila Melo Paixão</i>	
1. Breve introdução	37
2. Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e (Des)judicialização do conflito.....	38
3. Conclusão.....	46
4. Bibliografia	47

A proteção de dados pessoais nos sistemas Projudi e PJe ... 49*Patrícia Eliane da Rosa Sardeto e Julia Lonardon Ramos*

1. Introdução	49
2. Sociedade em rede	50
3. Dados pessoais à luz da lei geral de proteção de dados.....	53
4. A política de tratamento de dados pessoais nos sistemas Projudi e PJe.....	56
4.1. Projudi.....	57
4.2. PJe.....	59
5. Atuação do judiciário diante da Lei Geral de Proteção de Dados nos sistemas judiciais eletrônicos.....	60
Conclusão.....	61
Referências bibliográficas	63

Inteligência artificial: diretrizes, estratégias e verificação nos tribunais brasileiros..... 67*Ana Paula Moraes Canto de Lima e Juliana Targino Nóbrega*

I. Introdução	68
II. Inteligência artificial: do surgimento às estratégias nacionais para desenvolvimento	69
II.I. Planos estratégicos nacionais para uso e desenvolvimento da inteligência artificial	72
III. Breve panorama dos tribunais brasileiros	75
IV. Breve panorama do uso da inteligência artificial pelos tribunais brasileiros	77
V. Considerações finais.....	81
VI. Referências	83

Culpabilidade penal da inteligência artificial: Era de Ultron... 87*Isabella da Penha Lopes Santana*

1. Aspectos gerais sobre inteligência natural e artificial	87
1.1. Processo de Formação da Inteligência Natural e Processo de Formação da Inteligência Artificial.....	87

1.2. Filtragem de Dados e Tomada de Decisões da Máquina Inteligente	88
2. A máquina inteligente e seu reconhecimento no ordenamento jurídico	90
2.1. Direitos Humanos.....	90
2.2. Direitos da Personalidade	91
2.3. Cidadania	92
2.4. O Caso Sophia	93
2.5. Robôs como sujeitos de direitos	94
2.6. Direitos fundamentais e deveres da máquina inteligente...	94
2.7. Finalidade da Norma Penal	96
3. Culpabilidade penal da inteligência artificial	97
3.1. Legislação Aplicada à Máquina Inteligente.....	97
3.2. Reconhecimento da máquina no Direito Penal e aplicação da norma.....	99
3.3. Cominação e Aplicação da Pena	101
3.4. Responsabilização Penal da Inteligência Artificial.....	103
Conclusões	106
Referências	109

Mercado de criptomoedas: regulamentação pelo mundo e crescimento em nova crise no sistema financeiro internacional 113

Julia García Távora Menegaz

1. A crise de 2008 e o surgimento da criptomoeda.....	113
2. Vantagens e desvantagens do uso da moeda digital	115
3. A regulamentação dos bitcoins ao redor do mundo: benefícios a curto e longo prazo.....	118
4. Parecer da união europeia sobre as criptomoedas	118
5. Criptoativos e as respostas asiáticas	119
6. Instrução Normativa 1.888/2019: A Receita Federal, o manual das criptomoedas e declaração de renda.....	120
7. <i>Bitcoins</i> e as crises econômicas mundiais	121
Referências bibliográficas	122

A cyber interferência eleitoral e o princípio da não intervenção em assuntos internos: um estudo acerca das eleições norte-americanas de 2016 125

Lisandra Ramos Duque Estrada

- | | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 125 |
| 2. A cyber influência eleitoral no caso das eleições norte-americanas de 2016 | 127 |
| 3. A violação ao princípio da não intervenção em assuntos internos ... | 131 |
| 4. Conclusão..... | 135 |
| 5. Referências bibliográficas | 136 |

O direito à intimidade e a proteção de dados e registros na era digital..... 139

Lorena Muniz e Castro Lage

- | | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 139 |
| 2. Evolução das tecnologias..... | 140 |
| 3. O direito e a proteção jurídica na era digital..... | 141 |
| 3.1. A Proteção Jurídica a partir dos Direitos da Personalidade... | 143 |
| 3.2. O Direito ao Esquecimento e as Informações Sensíveis.... | 145 |
| 4. Do direito à privacidade à construção do direito à intimidade | 147 |
| 5. O direito à intimidade e a proteção de dados e registros na era digital..... | 151 |
| 5.1. O direito à intimidade e os desafios na era digital | 151 |
| 5.2. A dificuldade da proteção aos dados e registros e a solicitação de prévia e expressa permissão..... | 152 |
| 5.3. O direito à intimidade e a proteção de dados e registros no ambiente virtual à luz do Marco Civil da Internet e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais..... | 153 |
| 6. A efetiva proteção de dados e registros no ambiente virtual | 156 |
| 7. Considerações finais..... | 157 |
| Referências | 158 |

"Tudo é meio Jetsons": novas tecnologias, internet das coisas e aspectos regulatórios à luz do Código de Defesa do Consumidor 161

Maria Beatriz Saboya Barbosa

- | | |
|-------------------|-----|
| Referências | 174 |
|-------------------|-----|

A internet deu voz às pessoas. Mas como o direito regula a liberdade de expressão online? Uma Análise da Regulação Brasileira..... 177

Patricia Helena Marta Martins e Bruna Borghi Tomé

- | | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 178 |
| 2. O que é liberdade de expressão e qual a regulamentação existente ... | 180 |
| 3. A jurisprudência relativa ao “antes e depois” do marco civil da internet..... | 186 |
| 4. Novas propostas legislativas..... | 191 |
| 5. As políticas de uso das redes sociais | 193 |
| 6. Conclusões | 196 |
| 7. Referências bibliográficas..... | 196 |

Nova visão sobre o direito de privacidade a partir da evolução do conceito de base..... 201

Rosine Kadamani

- | | |
|--|-----|
| Introdução..... | 202 |
| PARTE 1 – CONCEITUAÇÃO..... | 202 |
| 1.1. Esforços diversos agregados no <i>Wikipedia</i> | 202 |
| 1.2. Respaldo legal à privacidade..... | 205 |
| 1.3. Exceções ao direito de privacidade..... | 206 |
| PARTE 2 – REFLEXÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PRIVACIDADE A PARTIR DA EVOLUÇÃO CULTURAL | 206 |
| 2.1. Evolução cultural a partir do desenvolvimento da internet... .. | 206 |
| 2.2. Foco nos dados e aumento de exposição pessoal | 207 |
| 2.3. Será que as pessoas se importam tanto assim com sua privacidade? | 208 |
| PARTE 3 – REFLEXÕES SOBRE RISCOS DA EXPOSIÇÃO – DESENHO DE UM FUTURO DISTÓPICO..... | 209 |
| 3.1. Mas qual o problema?..... | 209 |
| 3.2. Escolha? | 210 |
| PARTE 4 – REFLEXÕES SOBRE RISCOS DA EXPOSIÇÃO – DESENHO DE UM FUTURO DISTÓPICO..... | 213 |
| 4.1. A evolução do conceito de privacidade e, conseqüentemente, da correspondente necessidade de proteção legal..... | 213 |

- 4.2. Mas será que há, realmente, alguma chance de voltarmos atrás nesse processo? 214

PARTE 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 214

Cidades privadas (*free private cities*) e perspectivas no direito brasileiro 217

Sílvia Piva e Milene Amoriello Spolador

- Introdução 218
1. A mídia como interruptor de mudanças civilizacionais 219
2. A anomalia e os fatores causante, detonante e consequente 221
3. O Estado obsoleto e a reintermediação de suas atividades frente ao novo modelo civilizacional 223
4. Cidades Privadas Livres também conhecidas pela literatura internacional como *Free Private Cities* e reflexões jurídicas sobre este modelo 225
- Considerações finais 231
- Referências bibliográficas 232

O *blockchain* no âmbito internacional: de “vilão” a mocinho e os desafios restantes 233

Thais Magrini Schiavon

1. Introdução 233
2. De vilão a mocinho: iniciativas para o uso do *blockchain* no âmbito internacional 235
3. Dos desafios (ainda) existentes para a implementação 241
4. Conclusão 247
- Referências bibliográficas 248

Inteligência Artificial e *Robotic Process Automation* e suas aplicabilidades ao universo jurídico 251

Thais Moura Carreira

- Lei Geral de Proteção de Dados e a responsabilidade civil 253
- Cenário jurídico nacional 254
- Aplicação da Inteligência Artificial, *Big Data* e RPA ao Direito 255

O uso de tecnologia aplicado ao <i>Compliance</i> e aos contratos.....	258
Referências Bibliográficas.....	260
Uso de tecnologia para as pessoas com deficiência: regulação e políticas públicas.....	261
<i>Bruna Borghi Tomé</i>	
Introdução.....	261
1. A tecnologia como instrumento de inclusão e efetivação da igualdade.....	262
2. Regulamentação existente: a pessoa como foco e o ambiente como meio de garantir a igualdade.....	265
3. Indispensabilidade de políticas públicas para a garantia da acessibilidade.....	272
Conclusão.....	277
Referências.....	278
“O direito à eliminação de dados e o <i>blockchain</i>”.....	281
<i>Viviane Nóbrega Maldonado</i>	
1. Introdução.....	281
2. A evolução do conceito de privacidade e o nascimento de um novo direito.....	283
3. O direito ao apagamento de dados na união europeia.....	288
4. O direito à eliminação de dados no Brasil.....	293
5. O <i>blockchain</i>	295
6. Conclusão.....	299
O ciberespaço e uma nova escala supraestatal de juridicidade.....	301
<i>Carolina Langbeck Osse</i>	
1. Cartografia simbólica do Direito.....	301
2. Ciberespaço.....	305
3. A importância do reconhecimento do código de rede como juridicidade.....	307
4. O potencial de controle no Brasil.....	309
5. Conclusão.....	311
6. Bibliografia.....	312

Open banking e o mercado brasileiro 313*Cintia Maria Ramos Falcão e Beatriz de Campos Gazoli*

1. Introdução	313
2. O que é <i>Open Banking</i> ?	314
3. <i>Open Banking</i> no Mundo	315
4. <i>Open Banking</i> no Brasil	317
5. Proteção de Dados	318
6. Casos de Uso	320
7. Desafios e Oportunidades.....	320
8. Considerações finais.....	321

O acesso à justiça e a solução de conflitos on-line 323*Andrea Maia e Emmanuela Carvalho Cipriano Chaves*

Ampliação das possibilidades de acesso à justiça	323
Canais virtuais de solução de conflitos.....	328
O encaminhamento adequado dos conflitos	331
Considerações finais.....	332
Referências	333

A quarta revolução industrial: inteligência artificial e responsabilidade civil..... 335*Andrezza Barreto*

1. Introdução	335
2. Da inteligência artificial.....	336
2.1. Da conceituação e da contextualização histórico-evolutiva da inteligência artificial	336
2.1.1. Da dimensão da inteligência artificial no momento presente	338
2.2. Da problematização no avanço da IA.....	339
3. A inteligência artificial no direito	340
3.1. Dos impactos da tecnologia no mundo jurídico	340
3.2. As <i>lawtechs</i> e as <i>legaltechs</i>	342
4. A responsabilidade civil e a inteligência artificial.....	343

4.1.	Da responsabilidade civil e seus elementos	343
4.2.	Da responsabilidade pelos atos ilícitos autônomos das IAs	344
4.2.1.	Quem é o agente quando acontece um dano?	347
4.3.	Resolução do parlamento europeu sobre as regras direito civil na robótica	348
4.4.	A responsabilidade civil e seu papel regulador de mercado: como incentivar a inovação e permitir a reparação de danos?	349
5.	Conclusão	350
	Referências	351

O Implemento das Tecnologias disruptivas diante da realidade do Sistema Judiciário Brasileiro – Considerações sobre o valor do trabalho humano na era tecnológica

355

Charize de Oliveira Hortmann

1.	Introdução	356
2.	Novas tecnologias e o direito: aspectos positivos e novos questionamentos	358
2.1.	Algoritmos realizando a triagem dos processos por assunto	359
2.2.	Inteligência artificial e uniformização de jurisprudência... ..	361
2.3.	Inteligência artificial e a logística dos escritórios de advocacia	363
3.	O trabalho humano na área jurídica no futuro	367
4.	Conclusão	369
5.	Referências	370

A duplicata escritural

375

Daniela Mussolini Llorca Sanchez

1.	A evolução do modelo	375
2.	Principais Características da Duplicata Escritural	377
3.	O protesto da duplicata escritural	381
4.	A relevância da atuação da instituição escrituradora	382
5.	A duplicata escritural como ativo financeiro	384

6. Considerações finais.....	384
Bibliografia	385
LGPD no contexto das <i>fintechs</i>.....	387
<i>Dulce Artese</i>	
1. Introdução.....	387
2. Princípios da LGPD e direitos dos titulares de dados pessoais	390
3. Visão geral da regulamentação de uso dados no mercado financeiro.....	391
4. Missão das <i>Fintechs</i> e a experiência do cliente.....	394
5. <i>Fintechs</i> e o programa de adequação à LGPD	396
6. Conclusão.....	400
"Male by design": um ensaio sobre equidade, discriminação algorítmica por viés de gênero e proteção de dados pessoais	403
<i>Maria Fernanda Hosken de Souza Perongini</i>	
1. Introdução.....	404
2. A marcha contínua das leis brasileiras na defesa dos direitos das mulheres.....	405
3. Viés de gênero e algoritmos	412
4. Tomada de decisões discriminatórias de forma automatizada	415
5. A LGPD e seus mecanismos antidiscriminatórios	420
6. Considerações finais.....	426
Prova judicial e tecnologia <i>blockchain</i>	429
<i>Isadora Werneck e Maria Gabriela Grings</i>	
1. Introdução.....	430
2. Tecnologia <i>blockchain</i> : noções introdutórias	430
3. Aplicação na cadeia de custódia das provas judiciais: TJSP e a plataforma <i>originalmy</i>	433
4. Considerações sobre o registro de prova em <i>blockchain</i> e a validade da sua utilização no processo	438
5. Eficácia probatória do fato ou pensamento representado por <i>blockchain</i>	442

6. Conclusão.....	448
7. Referências bibliográficas	449
Blockchain sob a ótica jurídica	453
<i>Tatiana Revoredo</i>	
1. Introdução	454
2. <i>Blockchain</i>	455
2.1. O que é <i>blockchain</i>	455
2.1.1. <i>Blockchain</i> é uma tecnologia de núcleo	455
2.1.2. <i>Blockchain</i> NÃO é um banco de dados	455
2.1.3. Conceito	455
2.2. Por qual razão a <i>blockchain</i> surgiu?	456
2.3. Principais características	456
2.3.1. Imutabilidade	456
2.3.2. Transparência	457
2.3.3. Descentralização	457
2.4. Sua arquitetura é segura por <i>design</i>	457
2.5. Não existe somente uma <i>blockchain</i>	457
2.6. Tipos de <i>Blockchains</i>	458
2.6.1. <i>Blockchains</i> públicas ou abertas.....	458
2.6.2. <i>Blockchains</i> privadas ou fechadas	458
2.7. <i>Blockchain</i> não é uma base de dados.....	458
3. Os caminhos para obter clareza jurídica em relação à inovação.....	458
4. A tecnologia <i>blockchain</i> e o Direito.....	459
4.1. O ordenamento jurídico atual é suficiente para acomodar as questões jurídicas provocadas pelo surgimento da tecnologia <i>blockchain</i> ?.....	459
4.2. Valor jurídico de <i>blockchain</i> como registro	460
4.3. <i>Blockchains</i> e Proteção de dados	460
4.4. <i>Blockchains</i> , privacidade e anonimato	461
4.4.1. A distinção entre <i>blockchains</i> pseudônimas e <i>blockchains</i> anônimas	462
4.4.2. Transparência e privacidade são interdependentes... ..	462
4.4.3. Como privacidade e a transparência funcionam em uma <i>blockchain</i>	463

4.4.4. Por que a contradição entre transparência e privacidade nas <i>blockchains</i> é falsa.....	463
4.4.5. O equívoco no ceticismo dos reguladores quanto à tecnologia <i>blockchain</i>	464
5. Conclusão.....	464
Bibliografia	465

A proteção de dados como direito da personalidade 467

Thais Stela S. Artibale Faria

A nova sociedade da informação	467
Dados pessoais como direitos da personalidade	469
O impacto do processamento de dados na vida humana	470
Definição de dados e o processo de anonimização	472
Análise consequencialista da norma.....	474
O fluxo da informação e a formação da personalidade.....	475
Referências bibliográficas	477

Arranjos de pagamento no Brasil: a regulamentação do mercado de meios de pagamento diante a inovação tecnológica..... 479

Vanessa Rodrigues da Cunha Pereira Fialdini

1. Introdução	480
2. O surgimento do cartão de crédito e a evolução dos meios de pagamentos no Brasil.....	481
3. Integrantes do mercado de meios de pagamento.....	482
3.1. Arranjo de Pagamento	482
3.2. Instituidores de Arranjos de Pagamento.....	483
3.3. Instituições de Pagamento.....	483
3.4. Subcredenciadoras.....	484
4. Interoperabilidade	485
5. Diferenciação de preços.....	486
6. Compensação e liquidação centralizada.....	486
7. Trava de domicílio	486
8. Inovação na indústria de pagamentos	487

8.1. <i>Open Banking</i>	488
8.2. Pagamento Instantâneo	488
8.3. <i>Sandbox</i>	489
9. Conclusão.....	490
Referências bibliográficas	491